

# O PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES EM UMA CIDADE DO INTERIOR DO PARANÁ

## THE INCLUSION PROCESS OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN THE TEACHERS' PERSPECTIVE IN A TOWN IN THE STATE OF PARANÁ

Tamires dos Santos<sup>1</sup>

Vanessa Aparecida Palermo<sup>2</sup>

João Carlos Pereira de Moraes<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo busca compreender a visão de professores do Ensino Fundamental sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular numa cidade do interior do Paraná. Para tanto, foi elaborado um questionário com oito perguntas, entregue para três professores que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental desta rede municipal de ensino. Como resultado, nota-se que os professores, em sua maioria, não se consideram preparados para o processo inclusivo, atribuindo a falta de formação adequada para o atendimento desses alunos como o fator responsável pelo insucesso das tentativas de inclusão. Concluindo, percebe-se que a escola, embora busque proporcionar atendimento legal em relação à inclusão, ainda tem muito a desenvolver para ser considerada verdadeiramente inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação. Papel do Professor.

### Abstract

This article seeks to understand the vision of elementary school teachers about the process of inclusion of students with disabilities in regular public schools in a town in the state of Paraná. To achieve that, a questionnaire with eight questions was prepared and given to three teachers, who work with students in the initial grades of Elementary School. As a result, it is noted that those teachers do not consider themselves prepared for the inclusive process, pointing out the lack of adequate formation and training to assist students with disabilities as responsible for the failure in the attempts to include disabled students. As a conclusion, it is clear that regular schools, although seeking to offer legal assistance regarding inclusion, still need to improve a lot to be considered truly inclusive.

**Keywords:** Inclusion. Education. Teacher's Role.

---

<sup>1</sup>Graduada em Pedagogia pela Faculdade Estácio de Sá - Ourinhos (FAESO). E-mail: tamires.dosantos@bol.com.br

<sup>2</sup> Doutor em Educação (USP), Professor da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO). E-mail: joacarlos\_pmoraes@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Mestranda em Educação pela UNESP/Marília, Tradutora/Intérprete de Libras da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO). E-mail: va\_palermo@hotmail.com

## **Introdução**

A inclusão escolar de crianças com deficiências no ensino regular é um tema que vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade. Isso se deve às inúmeras políticas educacionais que garantem o acesso e a permanência de todos os cidadãos no processo educativo, sem que haja distinção legal entre eles. Nesse sentido, poder-se-ia acreditar que a Educação Inclusiva está no bom caminho e tem sido efetiva no espaço escolar.

A diversidade e a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares de ensino são a base fundamental para a realização deste artigo, visto que ainda se discute pouco sobre o entendimento docente quanto ao assunto. O professor, ou o futuro professor, deve ter consciência da nova realidade educacional, preparando-se para receber em suas turmas uma variedade de alunos que merecem uma educação de qualidade, pautada na aprendizagem e no desenvolvimento integral dos educandos.

Diante deste contexto, a realização desta pesquisa busca compreender a visão desses professores do Ensino Fundamental sobre o processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino público regular, em uma cidade do interior do Estado do Paraná. Para entender essa visão, foi realizada uma pesquisa de campo com entrevistas concedidas por três professores que atuam com alunos de inclusão em suas salas de aula no município em questão.

Para tanto, a seguir serão apresentados os seguintes tópicos: 1) A inclusão de crianças com deficiência na escola regular; 2) O papel do professor frente à inclusão; 3) Apresentação da metodologia de pesquisa; e 4) Descrição dos resultados das entrevistas realizadas com os docentes.

## **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular**

Como se sabe, a inclusão educacional é uma realidade presente cada vez mais nas instituições de ensino. No entanto, para que ela seja de fato eficaz, há a necessidade de as propostas da Educação Inclusiva acompanharem com um olhar diferenciado as singularidades humanas (MANTOAN, 2006), possibilitando o acesso à escola como um direito de todos os cidadãos, sem que haja distinção entre os indivíduos, dentro de um processo de educação para a equidade e a qualidade. Quanto a isso, já existe algo ressaltado na Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL,1988).

Ao afirmar que “A educação é direito de todos”, faz-se necessário compreender que a educação está baseada na aceitação das diferenças e na valorização dos indivíduos, independentemente dos fatores físicos e psíquicos que os impedem de levar uma vida tida como “normal”, uma vez que o conceito de normalidade consiste em uma construção histórica e cultural mutável conforme a época em que se insere (FOUCAULT, 1996).

Nesse sentido, a Educação Inclusiva, além da quebra do conceito de normalidade, tem como princípio a participação e a integração de todas as pessoas, sem exceção e preconceito (CONCEIÇÃO; MORAES, 2017). Portanto, torna-se papel da escola incluir alunos com deficiência física, deficiência intelectual, superdotados, entre outros, ou seja, todas as minorias que estão sujeitas a discriminação por qualquer outro motivo. Torna-se imprescindível, assim, para promover a inclusão, que as instituições de ensino se conscientizem de modo a preparar os profissionais e os demais alunos para que acolham e incentivem as crianças e os jovens em processo de inclusão (FERNANDES, 2013).

Tal fato é consonante com uma filosofia da inclusão prescrita por legislações, como a Declaração de Salamanca (1994). A filosofia da inclusão, proclamada pelo referido documento, propõe uma educação de qualidade a todos, aceitando as diferenças individuais como atributo e não como obstáculo, valorizando a diversidade para o enriquecimento das pessoas (UNESCO, 1994).

A Declaração de Salamanca é um documento que foi elaborado para garantir o direito de todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, visando à inclusão de todas as crianças na escola, independentemente de suas condições materiais, psicológicas, físicas, dentre outras (UNESCO, 1994). O documento é uma das leis principais de amparo às pessoas com deficiência, pois prescreve a diversificação de oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento para os alunos em todos os aspectos.

A Educação Inclusiva, em se tratando de determinação de caráter nacional, ganhou força e uma maior notoriedade a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 – LDB 9394/96 (BRASIL, 1996). Ambas ofereceram um maior respaldo às pessoas com deficiência, destacando e promovendo transformações no sistema educacional quanto a: financiamento, currículo, gestão, avaliação, organização pedagógica, materiais didáticos, bem como a necessidade de instrumentos de comunicação na escola para o atendimento a esses grupos de alunos (BRASIL, 1988; 1996).

Essas disposições legais são um reflexo dos desafios da sociedade contemporânea na

tentativa de superar as relações de desigualdade, tema principalmente abordado em discussões sobre a diversidade humana e o pluralismo cultural (SACRISTAN; GOMEZ, 2009). Sendo assim, um dos desafios postos pela contemporaneidade às políticas educacionais é o de garantir o direito humano universal e social à educação (BRASIL, 1997).

Ambrosetti (1999) esclarece que trabalhar com a diversidade é uma atividade complexa; não se trata, portanto, de ignorar as diferenças ou de impedir o exercício da individualidade, pois a diversidade abrange um vasto e árduo espectro de trabalho. Ao contrário do que se pensa, trabalhar com a diversidade requer envolver o favorecimento contínuo de diálogo. Nesse sentido, constitui-se o imperativo de “dar espaço para a expressão de cada um e para a participação de todos na construção de um esforço coletivo apoiado no conhecimento mútuo, na cooperação e também na solidariedade” (AMBROSETTI, 1999, p. 92).

As lutas enfrentadas pela aceitação da diversidade no âmbito escolar são grandes. No entanto, é fundamental conscientizar as crianças, desde cedo, para aceitarem as diferenças individuais. Segundo Conceição e Moraes (2017), somente dessa forma contaremos com adultos que problematizem o preconceito de todas as espécies, possibilitando a construção da escola como um espaço real para ensinar às crianças o respeito para com o próximo. Nesse sentido, os professores devem trabalhar com a questão da diversidade e da inclusão, discutindo com seus alunos o que nos torna iguais e merecedores de respeito.

Rendo e Vega (2000) ressaltam a importância da escola nessa atuação social. Para eles, a escola ocupa espaço importante no processo de educação e socialização das novas gerações, na produção de mecanismos de luta pela aceitação da diversidade e da inclusão escolar. Tal visão não procura dogmatizar o ensino, mas gerar uma “sociedade pluralista, democrática e socializante” (RENDO; VEGA, 2000, p. 21).

Nesse sentido, segundo Mantoan (2006, p. 25),

Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção [...]. Ainda citando a educadora: “Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro”.

Porém, essa batalha não é só da escola. Não basta garantir a inclusão apenas na sala de aula, a Carta para o Terceiro Milênio (BRASIL, 1999) deixa claro que em todos os setores a necessidade de inclusão é eminente, precisando quebrar as amarras da discriminação, do preconceito e da homoge-

neidade das pessoas. Tal documento percebe que todos os sujeitos com deficiência ou não, devem viver como seres capazes e ativos em uma sociedade.

Entretanto, a inclusão educacional acaba por assustar os diferentes profissionais, principalmente os professores. Os mesmos se sentem receosos ao receber em sua sala uma criança com deficiência. Conforme Fumegalli (2012), os professores devem se preparar para essa nova realidade e se adequar à clientela de alunos que irão receber, e, assim, proporcionar a esses alunos as mesmas oportunidades educacionais que são oferecidas às outras crianças, dirigindo seus esforços no sentido de preparar o ambiente para que esse favoreça a aprendizagem dessa criança. Desta forma, é necessário compreender o papel do professor frente à inclusão.

### **Papel dos professores frente à inclusão**

A inclusão, como já destacado, está conquistando cada vez mais espaço nas instituições de ensino. Dessa forma, é fundamental compreender o papel dos professores frente a esse processo, visto que estes são os principais agentes de transformação da realidade vivenciada nas escolas pelos alunos que serão incluídos, pois a visão que o aluno terá da escola inclusiva, em um primeiro momento, será a visão que o professor apresentará a ele (MORAES; LUIZ, 2016).

Embora não seja um processo novo, a inclusão ainda não é plenamente aceita por muitos professores, pois muitos profissionais se sentem despreparados para trabalhar com crianças com deficiências, incluídas nas salas regulares (CONCEIÇÃO; MORAES, 2017). Muitas vezes, ainda, esses profissionais também não contam com o apoio da equipe pedagógica, e quando recebem alunos de inclusão se sentem frustrados por não saber a forma correta de trabalhar com esses alunos.

Conforme Freitas (2001), o professor comprometido com a filosofia da inclusão fomenta as seguintes atitudes em sua prática:

- [...] estimular os educandos a direcionarem sua aprendizagem de modo a aumentar sua autoconfiança, a participar plenamente na sociedade, a usar mais o seu poder pessoal e a desafiar a sociedade para a mudança.
- [Ter] convicção na capacidade que toda criança tem de aprender, defendendo a ideia de que a escola deve transformar-se para atender a diversidade e não fundamentar-se na lógica da homogeneidade.
- Necessita-se fazer a conscientização de que o processo de inclusão não é algo fácil e sim gerador de conflitos, angústias, etc. [...]. (FREITAS, 2001, p. 39).

Portanto, entende-se que um dos principais agentes da inclusão é o professor que receberá este aluno em sua sala de aula, uma vez que ele realiza a mediação do convívio deste com as outras

crianças, e também faz a inserção dos processos de ensino de forma a garantir a sua obtenção de conhecimentos.

Andrade, Pacheco e Farias (2006) acreditam que a capacitação é o primeiro passo para a inclusão escolar ter êxito. De modo geral, é o que assegura o progresso, a qualidade, e a manutenção de todos os alunos na escola, uma vez que, ao preparar o professor, este terá competência para planejar, atender e avaliar o aluno com deficiência. Assim, poder-se-ia analisar se o tipo de atendimento dado vai favorecer o desenvolvimento do aluno; se há impacto da inclusão sobre a comunidade, ou se ocorreram modificações no contexto da sala de aula, observando as diferenças de atitudes do grupo de estudantes e de pais.

González (2007) afirma que, se houver preparação e competência do profissional para lidar de forma eficaz na preparação do projeto educativo, ao realizar adaptações curriculares, e ao adequar novas metodologias ao processo de ensino e aprendizagem, este deverá ter em mente que o ensino deverá chegar a todos os alunos com deficiência, sem dificuldades de assimilação e de aplicabilidade.

Dessa forma, entendemos que, se todos os aspectos para a inclusão forem devidamente atendidos – estrutura física, metodologias adequadas e atendimento às necessidades de cada aluno –, podemos considerar que a inclusão educacional de fato está sendo bem aplicada, e que a escola está cumprindo seu papel primordial, que, no caso, é o de atender a todos os alunos sem fazer distinção entre os problemas que os mesmos apresentam (MAZZOTTA, 2003).

As mudanças necessárias para o acolhimento das crianças com deficiência requerem professores com uma nova postura e com uma nova visão sobre essa população. Trata-se de um acolhimento que se pautem em princípios éticos, igualitários e solidários, para que haja uma melhor recepção no ambiente novo que o aluno irá frequentar (BRASIL, 1997). Nesse sentido, Martins (2006) afirma que “o educador ético é reflexivo, e analisa os porquês da sua ação. Por isso, sabe o que faz, para quê faz, por quê o faz, e analisa, seleciona e escolhe os meios de concretizar o seu fazer” (MARTINS, 2006, p. 44-45).

Torna-se necessário ao professor, já em serviço, ou seja, atuante no processo educacional, refletir sobre sua formação, seu preparo para atuar nessa escola que está para todos. Do professor espera-se que desempenhe de forma adequada sua prática pedagógica e promova de fato uma educação de qualidade, considerando a heterogeneidade do grupo, visando ao bem-estar e valorizando a aprendizagem individual de cada aluno que frequenta este ambiente (FREITAS, 2001).

Como se pode notar, o papel do professor é essencial para a aprendizagem dos alunos; no entanto, é fundamental que o professor possa se capacitar para trabalhar com esses alunos, para que se sintam mais capazes de realizar um trabalho que valorize o potencial de aprendizagem desses alunos, visto que assim, a educação será de uma maior qualidade e os professores estarão aptos para exercer seu papel com competência.

## **Metodologia**

Esta pesquisa se utiliza de duas formas de metodologia: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A primeira baseia-se em uma leitura minuciosa de livros e artigos, obtendo as ideias principais de autores que escreveram sobre o tema Educação Inclusiva. Severino (2007) destaca que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir dos registros disponíveis, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como: livros, artigos, teses, etc.

A segunda consiste em uma pesquisa de campo, com uma abordagem qualitativa. Nesta foram realizadas entrevistas com três professoras diferentes, que atuam nas escolas regulares do Ensino Fundamental, com alunos com deficiência em uma cidade do interior do Estado do Paraná.

Para a apresentação dos sujeitos nos resultados, utilizaram-se os nomes escolhidos pelos mesmos, podendo estes ser verídicos ou não. A análise dos dados foi produzida a partir dos confrontos entre as falas dos sujeitos e os referenciais teóricos levantados sobre o tema.

## **Resultados e discussão**

Durante a realização deste artigo houve a necessidade de realizar uma pesquisa de campo com três professoras, que trataremos como P1, P2 e P3. Todas possuem em suas turmas alunos de inclusão. Dessa forma, busca-se, por meio da pesquisa, compreender a visão de professores do Ensino Fundamental sobre o Processo de Inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, em uma cidade do interior do Paraná.

A seguir serão apresentados os resultados obtidos:

### **1) Caracterização do grupo<sup>3</sup>**

<b>Professora</b>	<b>Graduação</b>	<b>Estudos Posteriores</b>	<b>Tempo de atuação profissional</b>
-------------------	------------------	----------------------------	--------------------------------------

<sup>3</sup> Os grifos foram realizados pelos pesquisadores.

P1	Pedagogia	<b>Especialização em Educação Especial e Inclusiva</b> ; Psicopedagogia; Gestão Escolar.	6 anos
P2	Letras/Inglês Arquitetura	<b>Educação Especial</b> ; Docência do Ensino Superior; Psicopedagogia.	18 anos
P3	Matemática e Ciências	<b>Educação Especial</b> ; Ciências Humanas; Metodologia do ensino de Matemática.	25 anos

**Fonte:** a pesquisa

Nota-se, por meio da questão inicial, que as professoras entrevistadas possuem uma especialização específica na área da Educação Especial e trabalham há bastante tempo com inclusão. Assim, teoricamente, estão aptas para trabalhar com esses alunos, transmitindo a eles uma educação de qualidade, pautada no seu desenvolvimento pessoal e individual, uma vez que a formação é elemento essencial do êxito no processo de inclusão, segundo Farias (2006).

**2) A segunda questão aplicada às professoras tem a finalidade de compreender como as mesmas definem inclusão.**

Professora	Respostas
P1	Defino a inclusão <b>como uma nova oportunidade de acesso</b> à educação e de convivência com outros grupos sociais, pois os alunos com necessidades educacionais especiais têm o mesmo direito dos demais alunos; sendo assim, deve ser garantida uma <b>educação igualitária</b> .
P2	A inclusão é definida <b>como uma nova porta aberta</b> aos alunos com deficiência. Através da inclusão, esses alunos poderão ter o <b>mesmo acesso</b> à educação que qualquer outro indivíduo.
P3	A inclusão deve ser definida, portanto, <b>como uma forma de acolher</b> os alunos, independentemente de suas características e limitações.

Fonte: a pesquisa

Percebe-se que tanto P1 quanto P2 utilizaram-se do termo *nova* para definir inclusão. Isso pode simbolizar a perspectiva de que a antiga estrutura educativa se apresentava como falha (MANTOAN, 2006), e que as novas propostas podem vir a possibilitar um processo realmente inclusivo (BRASIL, 1988; 1996; 1997; UNESCO, 1994). Já para P3, a Educação Inclusiva relaciona-se com *acolher*, porém, torna-se necessário pensar na amplitude deste *acolhimento*, ultrapassando a visão assistencialista (MAZZOTTA, 2003), ao buscar atingir paradigmas de formação integral do sujeito (CONCEIÇÃO; MORAES, 2017).

Outros elementos que nos chamaram a atenção nas falas das professoras foram os usos dos termos *educação igualitária* (P1) e *mesmo acesso* (P2). Tais perspectivas necessitam ser evidenciadas com cuidado (AMBROSETTI, 1999), uma vez que elas podem representar igualdade de intervenção, que é algo não pertinente ao campo da Educação Inclusiva, pois alunos diferentes necessitam de ações pedagógicas diferenciadas.

**3) A terceira questão ensejou analisar a visão sobre a Inclusão de crianças com deficiências nas salas regulares das três professoras.**

Professora	Respostas
P1	A minha visão é que a inclusão é necessária. No entanto, é preciso que essa inclusão atenda às necessidades da criança <b>com material adequado e adaptado, com instalações físicas preparadas para acolher a criança</b> e, o mais importante é que a inclusão não seja somente mais uma forma de exclusão.
P2	No meu ponto de vista, a escola e os professores <b>não estão preparados</b> para receber alunos com deficiências nas salas regulares, pois falta o preparo para lidar de forma correta com os alunos.

P3 Acredito que a inclusão deve acontecer, pois é fundamental que os alunos com deficiências convivam com os demais alunos em um ambiente escolar diferente de uma escola especial. No entanto, é necessário **um preparo melhor dos profissionais que atuam com esses alunos**, pois a inclusão ainda é uma questão muito temida pelos professores.

Fonte: a pesquisa

Analisando as respostas das três professoras participantes da pesquisa, percebe-se que todas concordam que a inclusão de crianças com deficiência na escola regular deve ocorrer, assim como apontam as leis nacionais (BRASIL, 1999; 1997; 1996; 1988).

No entanto, mesmo as três possuindo formação em Educação Especial, elas consideram que os professores não estão preparados para essa nova realidade, havendo a necessidade de uma preparação maior de todos os envolvidos com a educação. Desse modo, vemos pontos em comum entre as falas das professoras e os olhares de Freitas (2001), Farias (2006) e Gonzáles (2007), ressaltando a importância da formação docente para esse campo de atuação, pois sem essa formação, não seria possível uma inclusão efetiva.

#### 4) A quarta questão tratou das semelhanças e diferenças entre o trabalho realizado com o aluno de AEE e os demais.

Professora	Respostas
P1	O atendimento educacional especializado é <b>realizado com um grupo menor de alunos e com recursos diferenciados</b> ; já o atendimento dos demais alunos é realizado de forma mais tradicional devido ao fato de o aluno ter uma melhor aquisição de aprendizagem.
P2	O atendimento educacional especializado é <b>realizado em sala de recursos e em classes especiais com materiais diferenciados</b> , que visam ao desenvolvimento do aluno; já <b>nas salas comuns, o professor trabalha com um grupo bem maior</b> , buscando transmitir os ensinamentos de forma tradicional, isto é, repassando os conhecimentos adquiridos.
P3	Na escola onde leciono, o atendimento educacional especializado é <b>realizado na sala de recursos e na classe especial</b> , e a diferença é que as salas possuem um <b>número menor de alunos</b> , além de contar com <b>materiais específicos</b> às necessidades daqueles alunos. Em uma sala regular, o número de alunos é maior, e, portanto, o professor não consegue dar um atendimento individualizado, que resgate a defasagem de determinados alunos.

Fonte: a pesquisa

O Atendimento Educacional Especializado – AEE – acontece nas escolas, geralmente em classes especiais e em salas de recursos multifuncionais, como relatado pelos professores, espaços em que o professor conta com materiais adaptados, para que o aluno possa aprender com mais facilidade. Nota-se, ainda, que não é ressaltado quão eficaz é o atendimento ou não em sala regular. Po-

rém, conforme a legislação vigente, a qualidade da inclusão dentro da sala regular consiste em elemento tão importante quanto o atendimento no contraturno letivo (BRASIL, 1996), sendo que é nesse espaço que a inclusão é benéfica e privilégio para todos (MANTOAN, 2006).

**5) A quinta questão indagava se o professor presenciou algum caso de bullying com aluno deficiente e como foi.**

Professora	Respostas
P1	<b>Sim</b> , já presenciei na escola em que leciono casos de <i>bullying</i> com alunos deficientes, em que os ditos “normais” os insultavam, dizendo palavras que denegriam a imagem dos mesmos e os faziam se sentir diminuídos. A partir dessas atitudes é que se evidencia a <b>necessidade de conscientização</b> quanto à inclusão.
P2	<b>Sim, constantemente</b> se notam atitudes preconceituosas, que levam os alunos até mesmo a chegarem ao ponto de se agredirem fisicamente e com palavras de baixo calão. Geralmente, os alunos que sofrem <i>bullying</i> são os mais quietinhos. No caso dos alunos de inclusão, esses são os que possuem <b>menos amigos</b> .
P3	<b>Diversas vezes</b> já presenciei casos de <i>bullying</i> no ambiente escolar, pois muitos alunos não aceitam o diferente, e para se sentirem melhores que os outros, discriminam e <b>provocam</b> os alunos de inclusão com insultos.

Fonte: a pesquisa

O *bullying* é uma realidade que acontece em praticamente todos os espaços da sociedade. Dessa forma, vemos pelas falas das três professoras, que essas já presenciaram atitudes de *bullying*, e que esse é constante no contexto escolar. Sendo assim, conforme as docentes, é necessário que os professores conscientizem seus alunos para que respeitem as pessoas que possuem características diferentes das suas.

**6) A sexta questão discutia como as professoras achavam que a educação inclusiva deveria funcionar na sua escola.**

Professora	Respostas
P1	Na escola onde leciono <b>a inclusão é uma realidade</b> . A escola conta com classe especial e geralmente os alunos que são de inclusão já se adaptaram a esse meio educacional. Assim sendo, a inclusão é mais fácil de acontecer; além de tudo, a escola está preparada com materiais adequados e adaptados, e com uma profissional de educação especial que auxilia no processo de inclusão, dando informações aos professores da classe regular sobre como devem trabalhar para que o aluno desperte todo seu potencial de aprendizagem.
P2	Acho que a educação inclusiva deveria <b>funcionar como é descrita na lei</b> , pois <b>os professores não se sentem preparados para essa realidade</b> ; não contam com preparação específica, e quando se deparam com a inclusão, não sabem como agir. Sendo assim, acredito que os cursos de formação e capacitação de professores devem ensinar melhor como os profissionais devem agir para, de fato, proporcionar uma educação de qualidade a esses alunos.

P3 A inclusão deve acontecer dando **possibilidades de aprendizagem aos alunos**, pois somente incluir um aluno deficiente em uma sala com mais 25 alunos, sem dar suporte ao professor, não atende às demandas da inclusão; isso acaba se tornando uma exclusão, pois o professor sozinho não consegue atender às exigências que esse aluno demanda.

**Fonte:** a pesquisa

Diante da visão das professoras, ainda há muito a se fazer para que a inclusão seja de fato significativa para os alunos. No entanto, nota-se que existem escolas que fazem de tudo para atender aos seus alunos com qualidade, embora muitos profissionais se sintam despreparados para lidar com essa situação.

É fundamental que a escola dê subsídios para que a inclusão aconteça e atenda aos alunos com qualidade, pautada em elementos legais, como a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) e a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), como aponta a Professora Sueli.

## 7) A sétima pergunta indagou como favorecer ambientes de aprendizagem na prática inclusiva.

Professora	Respostas
P1	É fundamental que a professora <b>trabalhe com metodologias diferenciadas</b> , como: músicas, acesso às tecnologias da informação, aulas práticas com passeios e experiências, pois o aluno deficiente necessita de formas diferentes para que adquira conhecimentos e se desenvolva de forma significativa.
P2	Para que a aprendizagem na prática inclusiva ocorra, é necessário que o professor trabalhe de <b>forma diferenciada</b> ; no entanto, em uma sala de aula com 30 alunos, essas práticas acabam não surtindo tanto efeito devido à agitação dos alunos, e também devido, muitas vezes, à falta de apoio da equipe pedagógica.
P3	Nas minhas aulas sempre procuro trabalhar com <b>práticas diferenciadas</b> , inserindo músicas para ensinar a tabuada; paródias para ensinar histórias, dentre outras formas.

Fonte: a pesquisa

A inserção de metodologias diferenciadas nas aulas, como se pode ver, é fundamental para despertar a aprendizagem, e isso não se relaciona somente às práticas para alunos de inclusão. Isso é necessário para todos os alunos, pois o conhecimento flui com mais naturalidade quando os alunos se interessam e se sentem mais motivados durante as aulas. Tal elemento corrobora o promulgado pela LDB 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 59, no qual a Educação Inclusiva precisa elaborar “currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades” (BRASIL, 1996).

## 8) A oitava pergunta debateu como criar na escola e na comunidade uma cultura inclusiva.

Professora	Respostas
P1	É importante a conscientização por meio de palestras e debates para que haja uma melhor compreensão da comunidade em relação à inclusão.
P2	Para criar na escola e na comunidade uma cultura inclusiva, é fundamental que se mostre aos alunos e pais que a inclusão é o melhor meio de criar adultos livres de preconceitos.
P3	A cultura inclusiva já é uma realidade vivenciada pela sociedade; no entanto, é necessário que haja mais palestras mostrando a importância da inclusão.

Fonte: a pesquisa

As respostas à pergunta acima mostram que é fundamental que a escola crie condições para que os alunos e os pais compreendam melhor os caminhos da inclusão; sendo assim, a escola deve promover melhor as políticas de inclusão por meio de palestras e debates a respeito do tema. Tais políticas vêm sendo analisadas por autores como Mantoan (2006) e Mazzotta (2003).

## Considerações finais

Por meio dessa pesquisa, pode-se constatar que a inclusão é uma realidade cada vez mais presente nos ambientes escolares. Assim, é essencial que a escola, os alunos e os professores se adaptem a essa realidade, acolhendo bem esses alunos, preparando materiais adequados à aprendizagem, e se aperfeiçoando para que a inclusão seja de fato significativa e promotora de conhecimento e desenvolvimento para a vida do aluno de inclusão, e não seja essa meramente mais uma forma de exclusão.

Os desafios colocados aos professores são grandes e parte significativa destes profissionais que, mesmo com a habilitação em educação especial, não se sentem preparados para a atuação com os alunos da Educação Inclusiva, embora considerem necessário ter a inclusão na educação regular. Desse modo, faz-se oportuno, em pesquisas futuras, discutir como a formação docente tem sido realizada quanto a esse tema, uma vez que ela não tem atingido as necessidades do grupo.

## Referências

AMBROSETTI, Neusa Banhara. O “eu” e o “nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. CIDADE: **Pedago**, 1999.

ANDRADE, MSA (?) de; PACHECO, Marina Locatelli; FARIAS, Sandra Sâmara Pires. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. **Revista Digital de Pesquisa CONQUER da Faculdade São Francisco de Barreiras [Internet]**, v. 1, 2006.

BRASIL. **Carta para o Terceiro Milênio**, 1999. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta\\_milenio.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf). Acesso em: 15 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**. Artigo 205, 1988. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>, Acesso em: 23 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração dos Direitos de Todos**, 1990. Disponível em: [http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR\\_Translations/por.pdf](http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf). Acesso em: 21 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer n. 017/2001. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017\\_2001.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf). Acesso em: 23 ago. 2017.

CONCEIÇÃO OLIVEIRA, Érica Fernanda; MORAES, João Carlos Pereira de. O processo de inclusão de alunos com deficiência no interior de São Paulo: entre professores de Educação Física e polivalentes. **Boletim Técnico do Senac**, v. 43, n. 2, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso**. CIDADE: Edições Loyola, 1996.

FERNANDES, P. Políticas de educação especial em Portugal: uma análise a partir de um quadro de referência europeu. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 35, n. 2, p. 201-211, July-Dec. 2013.

FREITAS, Soraia Napoleão et al. **Tendências contemporâneas de inclusão**. 2006: UFSM.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Ávila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Ijuí: Cromos, 2012.

Gil, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. edição. São Paulo: Atlas, 2000.

GONZÁLEZ, E. **Necessidades educacionais específicas: intervenção psicoeducacional**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

IMBERNÓN, J. (Org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394**, de 1996.

MANTOAN, M. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. Brasília: Dina Livro, 2006.

MARTINS, Lucia de Araújo Ramos et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis: Vozes, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. **Movimento-Revista de Educação**, n. 07, 2003.

MORAES, J. C. P. ; LUIZ, S. A. M. A participação do autista nas aulas de Educação Física: entre três olhares docentes. **Lecturas Educación Física y Deportes** (Buenos Aires), v. 215, p. 1, 2016.

RENDO, A. D.; VEGA, V. **Uma escola para a diversidade**. Buenos Aires: Aique Grupo, 2009.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, A. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. CIDADE: Art-med Editora, 2009.

SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, A. Pérez. **Comprender e transformar o ensino**. CIDADE: Art-med Editora, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca, 1997.